



SENADO FEDERAL
 Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

SENADO FEDERAL
 19/10/2012
 DIRETORIA GERAL ADJUNTA
 PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



Brasília, 29 de outubro de 2012.

Ao SEPROT:

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização de Termo de Adesão do Projeto de Modernização Legislativa – PML, da Câmara Municipal de:

CRUZEIRO DO SUL - AC

Atenciosamente,

JOSÉ ADOLFO SILVA SOUSA
 Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

SENADO 030490/12-0

 1030490120

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
 Chefe do SEPROT
 Senado Federal

SEPROT / DGERAD / SARQ
 AUTUADO COM _____ FLS.
 ASS: _____
 MATR. _____



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



Solicitação de Adesão de Casa Legislativa

Preencha todos os campos
ENVIE PELO CORREIO: Programa Interlegis II - Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal
Brasília/DF - CEP: 70-165-900
Central de Atendimento: (61) 3311-2556

Tipo de Casa: Assembléia Legislativa Câmara Municipal Qtd. Parlamentares: 10
Nome da Casa: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL
Endereço: AV. CEL. MÁRCIO LIMA, 343 - CENTRO
Cidade: CRUZEIRO DO SUL UF: AC CEP: 69980000
Telefones: (68) 3322-2372 / 2454 FAX: (68) 3322-2454
E-mail: camaracz5_ac@hotmail.com
Homepage: <http://camara.czs.ac.gov.br>
CNPJ: 04.060.257/0001-90

Identificação do Presidente

Nome Completo do Parlamentar: ROMÁRIO TAVARES D'AVILA
Nome Parlamentar: ROMÁRIO Partido: PSDB
Mandato Parlamentar (dia/mês/ano): Início: 01/01/2009 Fim: 31/12/2012
Aniversário (dia/mês/ano): 13/01/1976 Sexo: M
Telefones: (68) 9986-0199 FAX:
E-mail:
Homepage:

Solicito a adesão da Casa Legislativa cujos dados básicos constam acima indicados.

C. do Sul, 15/10/2012.
Local e data

Assinatura do Presidente
CÂMARA MUN. DE C. DO SUL-AC
Romário Tavares D'Avila
Presidente

SEPROT / DGERAD / SARQ
AUTUADO COM 02 FLS.
ASS: KTi
MATR.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO
SUL - AC NO PROGRAMA INTERLEGIS /
PROJETO DE MODERNIZAÇÃO
LEGISLATIVA - PML.

CONVÊNIO: AC Nº 304 / INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
- PML

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - AC, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Av. Cel. Mâncio Lima – nº 343 – Centro - CRUZEIRO DO SUL - AC – CEP: 69980-000, CNPJ: 04.060.257/0001-90. Representada por seu Presidente, Vereador ROMÁRIO TAVARES D'AVILA, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei n.º 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenientes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenientes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenientes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhes, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa – PML – com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade – ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenentes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenentes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

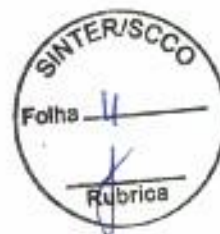
§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Brasília, 11 de Dezembro de 2012.

Vereador ROMÁRIO TAVARES D'AVILA
Presidente da Câmara Municipal de
CRUZEIRO DO SUL - AC
Romário Tavares D'Ávila
Presidente

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC

Maria Elane Correia Rodrigues
Diretora de Administração
Portaria 015/2010

Testemunhas:

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos





ANEXO I
Plano de Trabalho
Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC.

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.

5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de CRUZEIRO DO SUL - AC poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER





ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL - AC

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.

15



Ofício Circular nº 261 - 2012 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 12 de dezembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **ROMÁRIO TAVARES D'AVILA**
Presidente da Câmara Municipal de CRUZEIRO DO SUL - AC.



Assunto: **Convênio**

Senhor Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosá Tajra
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER



SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 01104012-8. Modalidade: Inexigibilidade de licitação. Objeto: Prestação de serviços médicos complementares ao diagnóstico. Vigência: 60 (sessenta) meses consecutivos, a contar da data de assinatura do contrato. Valor anual estimado: R\$ 67.000,00. Valor global estimado: R\$ 335.000,00. Contrata: Diagnóstico Clínica de Imagem Médica, Fundamento Legal: "Caput" do art. 25, da Lei 8.666/93. Razionalizada por: Dora Marize Fonseca Passos, Diretor-Geral do Senado Federal. Ratificada por: Senador Maria Sáfadi, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, Presidente do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde.

1ª SECRETARIA

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

ESPÉCIE: Convênio nº: RR - 2972012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de BOA VISTA - RR. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador BRAS ASSIS BRINCO, Presidente da Câmara Municipal de BOA VISTA - RR.

ESPÉCIE: Convênio nº: PE - 3012012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de DORMENTES - PE. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador JOSÉ DE MAURO COSTA, Presidente da Câmara Municipal de DORMENTES - PE.

ESPÉCIE: Convênio nº: RR - 2982012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CARACARAÍ - RR. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador DOMINGAL NAVIER DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de CARACARAÍ - RR.

ESPÉCIE: Convênio nº: PE - 3022012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de PITUIROLINA - PE. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador MARIA ELINA DE ALENCAR, Presidente da Câmara Municipal de PITUIROLINA - PE.

ESPÉCIE: Convênio nº: RR - 3982012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de BONFIM - RR. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador LENNER DANTAS MONTEIRO, Presidente da Câmara Municipal de BONFIM - RR.

ESPÉCIE: Convênio nº: PE - 3032012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de SALGUEIRO - PE. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador MÁRCIO NIBREDO NOGUEIRA ALVES, Presidente da Câmara Municipal de SALGUEIRO - PE.

ESPÉCIE: Convênio nº: MT - 3002012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CACERES - MT. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador ANTÔNIO SALVADOR DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de CACERES - MT.

ESPÉCIE: Convênio nº: AC - 3042012 - INTERLEGIS, celebrado entre a Secretaria Especial de Interlegis e o Senado Federal (Órgão Executor do Programa Interlegis II e a Câmara Municipal de CRUZIL DO SUL - AC. OBJETO: Estabelecer e regular a participação da Casa Legislativa no Programa Interlegis II; MODALIDADE: Nos termos do disposto no art. 42, § 3º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 11/12/2012; VIGÊNCIA: em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SINTER - Emano, Sr. Senador Cleonir Lucena - Primeiro Secretário; Pelo Convênioado, Vereador ROMÁRIO TAVARES FAVILA, Presidente da Câmara Municipal de CRUZIL DO SUL - AC.

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

1º Termo Aditivo ao Contrato n. 10022010 celebrado entre o STJ e a empresa Padaria Serviços do Transporte Ltda. (Processo 340.053). Objeto: Alterar o quantitativo de biscoitos para o novo período de vigência contratual e prorrogar o prazo. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Assinatura/Vigência: 07/12/2012. Postulação: 04/12/2012. Assinatura: Pelo STJ, Sr. Fernando Silveira Carneiro - Diretor-Geral, pela Contratada, Sr. Alceu Botelho Alvares Junior.

5º Termo Aditivo ao Contrato n. 10022005 celebrado entre o STJ e a empresa Distribuidor Administração, Serviços e Obras Ltda. (Processo 340.553). Objeto: Alterar a seleção da alínea "c" da Cláusula Oitava, analisar a relação da Cláusula Terceira, apurar o Controle, alterar o valor dos encargos sociais e prorrogar o vigência do Contrato, bem como consequente substituição dos bens a serem trabalhados. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Assinatura/Vigência: 04/12/2012. Assinatura: Pelo STJ, Sr. Fernando Silveira Carneiro - Diretor-Geral, pela Contratada, Sr. Edson Martins de Almeida.

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 1322012 - UASG 040001

Nº Processo: 349501 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de engenharia para manutenção preventiva, analítica e corretiva de máquinas, equipamentos, sistemas condicionadores de ar-condicionado e instalações elétricas. Total de Bins Licitação: 00001. Edital: 12/12/2012 de 10h00 às 17h59 - Horário: Praça Das Três Poderes - Ed. Sede - 2. Andar - Anexo Páris - BRASÍLIA - DF. Entrega dos Propostas: a partir de 12/12/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 27/12/2012 de 09h00 no site www.comprasnet.gov.br - Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.stj.gov.br e www.comprasnet.gov.br ou no CEP, no custo de R\$ 0,10 por folha.

CEZAR ALEXISTO BARROS GADELHA Proposta

(SITRC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N0000012

PREGÃO Nº 2812012 - UASG 040001

Nº Processo: 350301 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de seguro anual para a frota de veículos do STJ. Total de Bins Licitação: 00001. Edital: 12/12/2012 de 08h00 às 17h59 - Horário: Praça Das Três Poderes - Ed. Sede - 2. Andar - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 12/12/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br - Abertura das Propostas: 27/12/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br - Informações Gerais: Edital disponível nos sites www.stj.gov.br ou www.comprasnet.gov.br.

VIRGINIA DE OLIVEIRA DANTAS Proposta

(SITDC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N0000012

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 42012

A Comissão Permanente de Licitação do STJ convocou que no Convênio nº 047012 - prestação de uso de área, equipamentos e instalações próprias do Supremo Tribunal Federal - STF, necessárias à exploração dos serviços de restaurante e lanchonete, com fornecimento de lanches e refeições dos tipos auto-serviço e buffet (evento institucional), que devião pela classificação das empresas no seguinte ordem: 1º) BACHELAR NOGUEIRA LTDA.; 2º) TAOUBA SELF-SERVICE LTDA.; 3º) KALLYPAS BUFFET SELF SERVICE & LANCHONETE LTDA.; 4º) CENTRAL PARK RESTAURANTE E EVENTOS LTDA.; 5º) CRISTAL SERVIÇOS GERAIS ALIMENTAÇÃO E CONSTRUTORA LTDA.; 6º) GLÁUCIA DOS SANTOS RIBEIRO, por atendimento de exigências editalícias. Prezada declarada vencedora a empresa BACHELAR NOGUEIRA LTDA. pelo valor de R\$ 103.300,00. Brasília, 11 de dezembro de 2012.

MARCELO DOS SANTOS LOPES Presidente da Comissão Substituto

(SITRC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N0000012

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 2512012 celebrado entre o CNJ e a empresa CLARO S.A. CNPJ 40.432.546/0001-47. Processo: 343.434. Objeto: assinatura a empresa CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.546/0001-47, com o objetivo de prestação dos serviços, em substituição à empresa AMBROSIO S.A., CNPJ nº 01.485.900/0001-16, a partir de 1º de novembro de 2012, tendo em vista a saída parcial desta, mediante todos os atos, cláusulas e obrigações vinculadas à exploração de SMP, que foram incorporadas à CLARO S.A., em decorrência do exigência legal da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Data de Assinatura: 10/12/2012. Vigência: a contar de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Miguel Augusto Fonseca de Campos - Diretor-Geral, pela Contratada, Jacinto Leão Mello Neto e Ricardo Cesar de Oliveira - Procuradores.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Conselho Nacional de Justiça torna pública o Aviso de Registro de Preços, resultado do Pregão Eletrônico n. 23/2012, conforme Ata de Registro de Preços n. 23/2012 e Processo Administrativo 348.325. Objeto: aquisição de quadros brancos. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. SLIM Comércio Importação e Exportação Ltda-SPP. CNPJ 12.309.394/0001-43. Valor: R\$ 2.895,90. Data de Assinatura: 10/12/2012. Vigência: 09/12/2013. Signatários: pelo CNJ, Miguel Augusto Fonseca de Campos - Diretor-Geral, pela Contratada, Luis do Castro Silva - Sisco-Gerente.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS Diretor-Geral

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 31012

O Pregão do CNJ comunica que no Pregão Eletrônico n. 31/2012 - Registro de preços de mobiliário - declarou vencedora as seguintes empresas: FURNILUM MOVEIS PARA DESENVOLVIMENTO LTDA - ME, CNPJ 08.613.803/0001-06, Grupo 1; LUIZ DA SILVA COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA - ME, CNPJ 01.549.683/0001-43, GRUPO 2. TECNOCOMERCIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 21.306.287/0001-32, Item 8. SANTA FELICINDIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - LTDA, CNPJ 04.063.263/0001-47, Item 10.

RAULAC MACHADO GAMA

(SITRC - 11/12/2012) 040001-00001-2012N0000012

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato TSE nº 1322012, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa IDO MANS (Instituição e Controle de Pagos Ltda). OBJETO: Prestação dos serviços de formalização, destinação, distribuição, controle a recepções e expedição e postagem nas dependências do TSE. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e 39.220/2002. VIGÊNCIA: A partir da publicação no DDO e duração de 12 (doze) meses. ASSINATURA: 10/12/2012. ASSINAM: Alexsandro Sávio de Silva, Diretor-Geral pelo TSE, e Rosângela José Cavalcini, Sisco, pela Contratada. PA nº 5.8342012.